

1
2
3 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO
4 BERNARDO DO CAMPO
5
6

7 ATA CMDCA 790ª RO

8 Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, realizou-se de modo presencial a
9 reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Estiveram
10 presentes os seguintes Conselheiros: Silvia de Araújo Donnini, Simone Alves da Silva, Érica
11 Alessandra de Santana Colasso, Everton Marcello C. B. de Vasconcelos, Sebastião Domingos da S.
12 Filho, Carlos Alberto Garcia Romero, Abgair Maria L. Oliveira, Ariane Bravin, Leila Dalila Gomes de
13 Souza, Cátia Rodrigues de Sant'ana Prometi, Tatiana Mariana C. de Freitas, Maria de Fátima
14 Sanchez, Neide dos Santos Brentegani, Vera Lúcia de Oliveira, Sérgio Luís Postal, Anderson Lopes
15 Menezes, Luayra Cristina V. Nascimento, Paula Francinete Lopes Costa; como
16 convidados/observadores: Milena R.M.de Oliveira, Valquiria Battistin, Micheli Ap. G.S.Silva, Luana,
17 Mariza Sousa Pereira, Francisco Pizzo,, Marcia A. Rodrigues, Andreia C.C.Martins, Leandro F.
18 Nascimento, Maria Helena F.Oliveira, Ana Adio, Jean Valadares, Marcia Urso, Cibele Laurencia,
19 Cícera Samara, Janaina Lopes Passos, Fabiana Nunes de Faria, Célia Marina Santos, Bruno Ricci ,
20 Ana Paula da Mota Borges, Roberta Alonso Nunes. 1) Abertura: Na abertura da reunião às 9h09
21 minutos a Sra. Érica Alessandra iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e solicita a
22 chamada para verificação do quórum para início da reunião. A Sra. Mônica secretária executiva
23 informa que temos quórum de 14 conselheiros do CMDCA. Passa-se para a o item: 2) Justificativa
24 de ausência de conselheiros: São apresentadas as justificativas de ausência dos seguintes
25 conselheiros: Geraldo Reple, Júlia Benício, João Abukater Neto, Matheus Basilone P.Teixeira
26 Ferreira (compromisso profissional), Ingrid Ribeiro (licença saúde), Ércule Alfredo Notte (férias), as
27 justificativas devem ser enviadas ao e-mail para a secretaria executiva do CMDCA para que ela possa
28 então fazer as devidas anotações, justificadas as ausências. As justificativas de ausências dos
29 conselheiros do CMDCA foram aprovadas por 15 votos. A Sra. Érica explica que a Mesa
30 Coordenadora tem uma proposta de alteração da inversão de pauta 4.2 e 4.4, para as apresentações
31 dos convidados sobre o ECA – 34 anos e sobre o PNIPI, Política Nacional Integrada da Primeira
32 Infância seja apresentado após o encerramento da pauta da reunião. É posto em votação a inversão
33 da pauta, foi aprovada por 15 votos. Em seguida o próximo item é posto em votação a supressão da
34 leitura das atas 786ª RE, 787ª R.O, 788ªRE e 789ªRE e é perguntado ao pleno se podemos votar
35 a supressão da leitura das atas bem como, enviada de acordo com o regimento do Conselho, o envio
36 das atas aos Conselheiros com antecedência, e podemos de acordo com o regimento realizar a
37 supressão da leitura das atas conforme Resolução CMDCA nº 496/ 21, que dispõem sobre o
38 Regimento Interno do Conselho Municipal dos direitos da Criança e Adolescente de São Bernardo
39 do Campo CMDCA/SBC art.17 as sessões plenárias serão Ordinária ou Extraordinária da seguinte

40 forma a pauta da Reunião Ordinária deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico de todos
41 os conselheiros com antecedência no mínimo de sete dias acompanhada de ATAS e serão aprovadas
42 em plenárias, no parágrafo 8º a supressão das leituras das atas das sessões plenárias anteriores
43 encaminhadas no prazo previsto do parágrafo 3º deste dispositivos poderá ser deliberada por maioria
44 simples dos presentes, ressalvadas o direito a apresentação de destaques. Portanto, esta mesa
45 avoca este parágrafo do regimento e solicita a secretaria executiva para fazer a aprovação na mesma
46 votação, se todos concordam e se temos algum destaque. A Sra. Mônica informa que na ata 787ª há
47 um destaque na linha 86 e 87 onde consta Sr. Josenildo como membro, foi alterado por Sr. Josenildo
48 como suplente. E na linha 105 onde lê-se eles não negam os acontecimentos, leia-se a entidade
49 esclareceu a situação dos fatos. É perguntado se mais alguém do pleno tem alguma alteração nas
50 atas. É posto em votação a supressão da leitura de todas as atas acima. A Sra. Érica informa que
51 ata 789ª foi votada na própria reunião e ela não pode ser votada ou alterada, para a participação dos
52 Conselheiros Tutelares no evento. É aprovada por 16 votos a supressão da leitura das atas. Passou-
53 se para votação da aprovação das atas: 786ª foi aprovada por 16 votos e uma abstenção; 787ª com
54 as alterações propostas foi aprovada por 16 votos e uma abstenção; 788ª foi aprovada por 16 votos
55 e uma abstenção. A Sra. Érica solicita para constar em ata que a 789ª RE que ela é apenas para
56 ciência dos conselheiros, pois já foi previamente aprovada. Dando seguimento, vamos começar os
57 informes. Já foi encaminhado aos e-mails conselheiros e entidades cadastradas que o aprendiz na
58 GM de SCS está fazendo uma triagem para vaga (leitura do material informativo do CIEE) nós
59 combinamos na mesa que a partir de agora, quando recebermos vagas deste tipo, encaminharemos
60 e será detalhado em reunião. Recebemos também um convite do CT para um evento de prestação
61 de contas do CT I, II e III à partir das 19h no Plenarinho. A mesa foi representada pela sra. Simone e
62 repassamos por e-mail a todos os Conselheiros. A Sra. Simone coloca que foi um evento bem
63 prazeroso, bem interessante os dados que eles informaram. Nós recebemos do CT duas prestações
64 de conta do CT II e III. Acreditamos que em breve será protocolado também. O Sr. Anderson coloca
65 que gostaria de formular a dúvida; A Sra. Érica coloca que todas as deliberações para o Conselho
66 precisam chegar até 3ª feira que é quando ocorre a reunião da mesa coordenadora. A prestação de
67 contas foi protocolada no dia 26. Nós incluímos ontem a questão de informar que deliberamos haver
68 reunião extraordinária para a prestação de contas do CT. Em seguida foi informado sobre o Status
69 do Edital de Convocação para Eleição das Organizações Representativas da Sociedade Civil no
70 CMDCA. O Sr. Anderson esclarece que já foi definido o Coordenador e enviamos por e-mail a minuta
71 da Resolução com o Edital no dia 22 de julho para a secretaria executiva e entendemos que até o
72 dia 05 para a PGM responder e ser aprovado no dia 07 de agosto e a publicação no dia 09 de agosto.
73 A Sra. Érica explica que a Mesa Coordenadora já encaminhamos minuta para a procuradoria,
74 estamos realizando esforços para conseguir uma revisão mais rápida, para dar tempo de atender aos
75 prazos estabelecidos. A Sra. Sílvia solicita para verificar a questão posta pelo Conselheiro Anderson,
76 será verificada com o administrativo, e se houve entroncamento de datas e após a verificação
77 faremos as correções e já faremos o comunicado. A secretaria executiva informa que foi

78 encaminhado para a PGM no dia 26 de julho. O Sr. Anderson coloca que a etapa da minuta foi
79 entregue e se não tiver muitas alterações da PGM e dos Conselheiros, conseguimos entregar dia
80 05/08, aprovar no dia 07/08 e publicar no dia 09/08, e vamos precisar a divulgação e no calendário.
81 A Sra. Silvia propõe como sugestão um funcionário para apoio administrativo nas reuniões e
82 despachos. A Sra. Érica acrescenta que um horário que foi colocado até às 18 horas, e a SAS
83 funciona até às 17 horas e propõe que façam a remota até esse horário. O Sr. Anderson explica que
84 é sobre a Assembleia Eleitoral e estão aguardando a formalização, e vão solicitar das 13h30 às 17h,
85 e na parte da tarde pois tem a reunião ordinária de manhã. A Sra. Silvia coloca que como sugestão
86 da Mesa Coordenadora, a executiva passa a partir de agora designar uma pessoa para assessorar
87 e se for remota também a equipe do nead fica à disposição. O Sr. Anderson coloca que as reuniões
88 presenciais são por causa da documentação, e se for online o link e disponibilizar para o MP também.
89 O próximo item status do Edital da SAS A Sra. Érica coloca, o que podemos informar para não
90 contaminar o processo, é que a Comissão do CMDCA já se reuniu, foram 19 propostas analisadas e
91 já emitimos parecer com ata. Encaminhamos a secretaria executiva e já foi remetido para a SAS. A
92 análise da SAS vai até o dia 07/08, a seleção deste conselho já foi feita, agora é a seleção técnica.
93 O próximo informe 4.7 - é sobre os certificados do curso dos Conselheiros Tutelares que foi publicado
94 no NM, mas esse informe é mais um reforço. Foi publicado no dia 12/07 no NM e os certificados do
95 curso realizado pela Empresa Tecendo Social já estão disponíveis para retirada na secretaria
96 executiva deste conselho por todos os participantes. Encerramos assim os informes da pauta. Dando
97 prosseguimento a pauta passamos para as Deliberações das Propostas da Mesa Coordenadora:
98 Deliberação da resolução sobre apresentação semestral da prestação de contas das comissões
99 especiais de trabalho do conselho e da mesa coordenadora. Essa proposta da Mesa Coordenadora
100 é para dar transparência nos trabalhos apresentados é um memorial, portfólio dos nossos serviços
101 para que, nas passagens do CMDCA, as equipes que entram não demorem tanto para dar pé da
102 situação. Semestralmente cada Comissão faz um protocolo das atividades desenvolvidas, histórico
103 de trabalho da Comissão de Registro e Técnica Jurídico e Financeira, da comissão eleitoral, esses
104 históricos todos compõem uma documentação oficial do CMDCA. queremos homologar essa
105 Resolução. É realizada a leitura da minuta de Resolução.
106 As alterações serão realizadas pela Secretaria Executiva, pelo que considerem a versão lida pela
107 Coordenadora e projetada em tela. É colocada em votação a aprovação da Minuta de Resolução
108 CMDCA que dispõe sobre a prestação de contas. Foi aprovada a minuta de Resolução por 17 votos.
109 Em seguida a Sra. Cátia da Comissão Jurídico Financeira faz a apresentação sobre o parecer da
110 análise do Regimento Interno do Conselho Tutelar, que foi solicitado a PGM orientação, e no geral
111 ficou mantida a forma que encaminharam, havendo apenas uma alteração que a PGM propôs
112 entendendo que de acordo com a legislação não era pertinente. A Sra. Silvia coloca como proposta
113 é que o documento seja enviado para todos os Conselheiros e faz-se a leitura completa e vai para a
114 Pauta da próxima reunião no final de agosto, sobretudo por ser um documento extenso. O
115 Conselheiro Sr. Anderson solicita que fosse enviado o documento a todos para a leitura prévia. A

116 Sra. Silvia acrescenta que o encaminhamento seria o A Secretaria executiva envia para o Conselho
117 Tutelar e todos os Conselheiros a título de estudo e observação, entrando em pauta na próxima RO,
118 no fim de agosto. A proposta de envio do documento para análise e estudo passou-se para a votação
119 e foi aprovada por 17 votos. A Sra. Érica destaca que com esse ponto encerramos o que estava na
120 pauta, retomando os pontos que havíamos anteriormente invertido. Apresenta a nossa convidada
121 Milena da OSC Ficar de Bem, ela se apresenta que é Assistente Social. E hoje vim falar do ECA.
122 Hoje nos foi dada essa missão e espero trazer com clareza para que todos possam recapitular o
123 nosso compromisso com os direitos das crianças e dos adolescentes. Fiz também uma pauta para
124 não me perder, pois gostaria de não passar do prazo estipulado. Você todos conhecem a Ficar de
125 Bem, estamos há 36 anos. É necessário que retomemos nosso compromisso, pois é dever de todos
126 garantir a efetivação dos direitos, enquanto cidadão e como estado. A lei ECA é considerada uma
127 das políticas mais avançadas na política da proteção e defesa dos direitos das crianças. Vale trazer
128 que é dever da família, sociedade e do governo garantir os direitos [leitura ECA] lembrando que esse
129 artigo também consta no art. 227 da constituição. todos nós temos esse resultado porque já traz
130 pessoas lutaram para isso. Hoje estamos aqui para efetivar essa proteção integral. Mas antes desse
131 cenário é importante saber como era antes. Antes do Estatuto da criança, o Brasil carecia de uma
132 legislação, sendo tratada de forma dispersa pela lei, que tinha caráter mais punitivo do que protetivo.
133 O que mudou? Antes do ECA, o tratamento era punitivo. A partir do ECA as crianças passaram a ser
134 vistas como sujeitos de direitos. A questão da institucionalização havia uma forte tendência, sem
135 considerar reintegração na sociedade. Não havia um sistema integrado que garantisse os direitos
136 básicos, sendo em vez disso fragmentada. Uma das coisas que a gente observa é que a taxa de
137 mortalidade era consideravelmente maior. A desigualdade no tratamento: a lei era aplicada de forma
138 diferenciada entre classes sociais, marginalizando. A gente precisa ter olhar de cuidado ampliado
139 para não ter situações de acolhimento por pobreza. O ECA estabeleceu a proteção integral como
140 princípio. Ele não trouxe apenas direitos, mas também a proteção deles. A taxa de mortalidade infantil
141 1989 era de 47/1000 e caiu em 2019 para 13,3/1000, trazendo a importância de ter acesso garantido
142 a saúde. A questão da pandemia afetou bastante, principalmente na questão de educação. A gente
143 que tem privilégios precisamos também olhar para essa realidade. Essa questão de desigualdade
144 social se fez muito presente na pandemia. Havia estratégia de escolas de garantir o material
145 impresso, mas muitas vezes não conseguiam nem contato telefônico. Houve um grande foco em
146 desinstitucionalização, dando foco no acolhimento familiar. Antes do ECA eram cerca de 500.000
147 crianças em acolhimento institucional, em 2020 cerca de 30.000 crianças e adolescentes viviam em
148 situações de acolhimento. Houve avanços importantes e é bom fazer esse resgate para entender a
149 importância dessa lei. O Sistema de Garantia de Direitos onde todos se responsabilizam, um serviço
150 sozinho não dá conta de todos as demandas existentes, mas de no dia a dia a gente focar na
151 integração desse sistema o nosso compromisso é um bem comum. O ECA em 2006 com o sistema
152 articulado de garantia de direitos. A participação e protagonismo foi promovido pelo Estatuto. A gente
153 precisa construir políticas públicas para elas (as crianças) elas não são nosso futuro, elas são nosso

154 presente. As medidas socioeducativas visam ressocialização em vez da punição. Trouxe também
155 alguns dados estatísticos. Vamos falar dos avanços e desafios nos dias de hoje. Existiam em 2020
156 mais de 5.000 Conselhos Tutelares em funcionamento no Brasil, cobrindo quase todos os municípios.
157 O acesso à educação melhorou significativamente, atingindo 99,3% matrículas no ensino
158 fundamental. Um outro avanço foi o disque 100, em 2020 foram registradas 95.000 denúncias de
159 violência. A participação social no Brasil, o país tem diversas ONGS e movimentos sociais ativos na
160 defesa dos direitos das crianças. Mas guia são os desafios 37,7% das crianças vivem em situação
161 de pobreza no Brasil. Muitos CT enfrentam problemas com recursos para viabilizar suas atividades
162 (43%) e cada vez mais existe o desmonte das políticas (sociais) e as vezes a gente retrocede pela
163 falta de recurso. 65% dos profissionais da área afirmam necessitar de mais capacitação para
164 desempenhar suas funções. As vezes a precarização do conhecimento e do trabalho faz com que a
165 gente se afaste um pouco do trabalho e do conhecimento das leis, assunto extremamente importante.
166 A necessidade de formações é um grande desafio: Quais os caminhos, canais de denúncia, como
167 realizar essas denúncias. A violência e exploração; 6900 crianças foram vítimas de homicídio em
168 2019, e mais de 2,4 milhões de crianças e adolescentes em trabalho infantil. A fiscalização e
169 monitoramento é um desafio de acordo com o TCU. Apenas 42% dos municípios realizam fiscalização
170 adequada as ações previstas no ECA. A participação e conscientização: a pesquisa nacional escolar
171 em 2019 revelou que 28,5% dos adolescentes relatam falta de engajamento. E na pandemia houve
172 dano ao ensino. Eu gostaria de encerrar com a frase: "Nunca esqueça que a criança que você cuida,
173 um dia será um adulto que lembrará de todas as coisas que você fez para ela quando precisava ser
174 cuidada." Gostaria de agradecer a todos pela atenção e espero que tenha alcançado vocês. A Sra.
175 Silvia coloca que todos nós temos uma vasta experiência nesse assunto. Alguns de nós viveram essa
176 transição que ela relata. É sempre bom lembrar e notar esses avanços todos. São Bernardo tem
177 um comitê intersetorial e para nós no nosso entendimento, ele é um avanço hercúleo, pois conseguiu
178 integrar, através do legado que a Dra. Sirleni deixou para nós. Talvez seja importante deixar um
179 tempo de início nas reuniões, para falar sobre as ações da última apresentação do Comitê. Se não
180 há manifestação, sugiro entrarmos a próxima pauta. Que é o estudo da nova legislação. Como
181 proposta hoje trouxemos uma proposta: uma fala tripla, Dra. Sandra que é nossa responsável por
182 toda atenção básica. A educação também e teremos a fala do sr. Francisco (Pizzo) A ideia hoje é
183 que, como ela é recente, todos nós estudarmos para impulsionar o fomento das políticas. Vou pedir
184 licença para me retirar, deixando a Coordenação com a Érica, Simone e Leila. No nosso
185 entendimento essa legislação será um marco. Agradeço a Tatiana. Obrigada professora Sílvia. Vou
186 começar com a frase da Milena, a gente faz junto. Vou Trazer um destaque para o decreto 12.083 de
187 17 de junho de 2024, estabelece diretrizes para política da primeira infância e institui também o comitê.
188 Vou falar brevemente sobre decreto e sobre as recomendações para a construção da PNIPI. Temos um
189 grupo diverso, então devemos considerar todos, essa política abrange dos 0 aos 6 anos (inclusive na
190 barriga da mãe). A Milena trouxe um pouco do histórico (antes e depois do ECA). É importante trazer

191 a diferença no tratamento das crianças ao longo dos séculos. Antes a criança era vista como um
192 miniadulto, ele era preparado para se tornar um adulto e o protagonismo infantil não era visto. A gente
193 passa pela época que a criança era a tábula rasa e hoje a gente alcança a época em que a criança é vista
194 como um sujeito de direitos. Considerando a primeira infância que o decreto trás políticas integradas.
195 Criança bem pequena o cérebro é uma esponja é um dizer que a gente escuta informalmente, mas nós
196 temos estudos de que essa primeira infância é um período muito fértil para o aprendizado. Essa criança
197 vai virar um adulto com mais sucesso na sua vida pessoal e profissional, menos propenso a violência e
198 ao uso de drogas. Olhar para essa criança pensando no futuro. O destaque desse decreto atual, de
199 12.083, também precisamos falar do marco de 2016 (Lei 13.257) que traz princípios, no entanto a lei
200 atual faz colocar em prática. E quando a gente pensa em política integrada, é o fazer junto da Milena.
201 A gente tem o caderno de recomendações. Aqui estamos como Conselheiros de Direitos, convido fazer
202 a leitura. Nesse caderno eu gostaria de fazer 4 destaques. Na página 48 temos algumas premissas (9) e
203 eu gostaria de marcar as 4 últimas na minha fala. Ações previstas contra as igualdades Ações
204 antirracistas nos programas criados no âmbito da política Acesso prioritário as crianças com
205 deficiências promover o brincar fazendo um paralelo com a educação, a gente tem, na década de 80 o
206 que a gente chamaria hoje de creches, que tinham esse olhar do cuidado. Hoje temos consolidado a
207 concepção de educação infantil. O educar e cuidar. Eu deixo aqui marcada minha fala e trazendo desta
208 que legislação e convido a todos a se atualizarem. Estamos aqui como conselheiros trabalhando pela
209 proteção e promoção dos direitos dos adolescentes, com destaque hoje às crianças de 0 a 6 anos. A Sra.
210 Érica dá sequência e prosseguimos com a apresentação da Secretaria de Saúde com a Dr. Sandra. Meu
211 nome é Sandra, sou pediatra de formação, sou formada há uns 40 anos. De SBC tenho bastante
212 experiência na gestão. Eu quando comecei em SBC, comecei na UBS de Pauliceia, bem antes de eu
213 chegar eram postos de puericultura, voltados para vacinação. E quando eu cheguei havia 1 enfermeira,
214 1 dentista e 2 pediatras por período, um clínico e 1 ginecologista. Qual a grande diferença de hoje?
215 Antes quem queria vinha até nós, mas hoje, além de ter unidades com mais de 100 funcionários, todas
216 elas focam na saúde da família com 34 unidades de saúde. Nesses 8 anos de marco legal tivemos
217 avanços, mas efetivamente a lei não foi totalmente implementada e hoje precisamos nos esforçar para
218 implementá-lo. Ele não é apenas de uma secretaria, mas sim uma ação intersetorial. A gente precisa
219 pensar em avançar questões de saneamento, mortalidade, cobertura vacinal, combate ao racismo,
220 violência, e o financiamento, todos eles têm de prestar atenção. Articulação e colaboração entre os
221 entes federativos. Quando a gente fala de primeira infância falamos de 0 a 6, existe um trabalho forte
222 na primeiríssima infância, que é onde faz grande diferença pensando na saúde de uma nação nesses
223 primeiros 1000 dias. É onde o indivíduo se desenvolve mais. É preciso pensar em outras ações. O
224 brincar, com os agentes comunitários temos feito oficinas para ensinar a brincar, os pais devem brincar
225 com as crianças, não basta comprar os brinquedos. A saúde também se coloca como espaço importante

226 para essas ações., para se ter uma nação mais forte e mais desenvolvida, com crianças e adultos mais
227 saudáveis. EM SBC temos uma ação forte na primeira infância, temos um estudo de caso no caderninho
228 sobre as ações integradas. A gente conta com atendimento da gestante desde o início. No momento da
229 consulta a gente já inicia o pré-natal, prevenção de doenças infectocontagiosas e tem todo esse
230 percorrer durante o pré-natal, seguido dos cuidados na maternidade (visitas). Ela já sai da maternidade
231 com a consulta agendada antes dos 7 dias de vida. É obrigatório realização de visita domiciliar. Em
232 seguida é encaminhado para puericultura. A gente comemora todo incentivo ao aleitamento materno a
233 gente tem a formatura desses bebês, o bebê sai da maternidade com a primeira consulta agendada. Por
234 volta do segundo mês de vida a gente tem um projeto de acolhimento social. Só queria ler para vocês
235 um exemplo de caso fictício, que ilustra como precisamos ter uma visão integral da saúde: leitura de
236 documento - Eu quis trazer esse relato porque quando vocês virem as propostas, vocês vão ver
237 proposição de ações intersetoriais, pois não adianta realizar o atendimento daquela criança sem ter
238 apoio ao âmbito familiar. Em seguida a Sra. Érica coloca que passaremos agora para a apresentação do
239 Sr. Francisco Pizzo da SAS, cumprimenta a todos os presentes, sou assistente social de formação.
240 Conforme o decreto, vou fazer apenas alguns destaques, pois a Assistência não cuida apenas da criança,
241 mas também da família. Gostaria de destacar o artigo 3º e 4º (leitura do documento) O serviço de
242 convivência e fortalecimento de vínculos é importante, porque além de resgatar esses vínculos,
243 tentamos garantir a proteção dos direitos. Sem renda a família não consegue acessar a saúde,
244 alimentação etc., devido a falta de recursos financeiros, se exclui do mundo. O Nosso serviço fortalece
245 os vínculos familiares. Aquelas mães que expõe a criança, por exemplo. O CT, por exemplo, quando
246 tira a criança de um ambiente inadequado, a SAS realiza o trabalho para garantir que ela seja
247 reintegrada. A grande dificuldade é que a família permaneça no serviço, não apenas em busca do
248 benefício, pois muitas vezes conseguido o benefício ela se evade. O nosso foco é a família e identificar
249 os riscos e proteger as crianças de 0 a 6 anos.

250 O Conselheiro Sr. Carlos Alberto acrescenta a implantação do banco de alimentos e da política pública
251 de segurança alimentar, não é assistência, mas acaba complementando e favorecendo as famílias,
252 auxiliando as mais vulneráveis do CRAS, CREAS etc. Existe um mecanismo foi criado que o excedente
253 que não foi para o CRAS e CREAS vai para as instituições para guiar também às instituições, pois
254 quem é priorizada na ponta são as famílias que tem mais crianças. Embora não seja assistência é uma
255 política pública de grande importância. Tem também o Sérgio representando o conselho de segurança
256 alimentar, além do trabalho de todas as secretarias envolvidas, esse também é um projeto importante
257 para a primeira infância. O Sr. Jean Conselheiro Tutelar coloca que em SBC a gente mapeou os
258 agricultores, e havia alguns que não tinham como estruturar a entrega, eu não sei como está hoje, eu vi
259 como uma saída, é uma política tem vários avanços que a gente precisa refletir, pois tem um longo
260 caminho, e faltou a apresentação do CT. O Sr. Carlos Alberto complementa que a gente não decolou

261 nesse quesito da agricultura familiar, mas não está esquecido. Afinal, existem locais não trabalhados
262 que poderiam inclusive ser utilizados por famílias. A Conselheira Sra. Érica acrescenta que tivemos
263 além da pandemia que desestruturou muita coisa, e uma grande dificuldade de repasse no governo
264 federal passado, nos investimentos que se tinham antes, a assistência social teve atrasos, eu falo pois
265 estava na pasta hoje não estou mais, os repasses que tínhamos justamente com a segurança alimentar
266 tudo atrasado e déficit e o município teve que arcar com o tesouro, os convênios, os compromissos da
267 cidade e até hoje não teve a reposição federal desse valor e nem vai ter, e o que veio do novo governo
268 também está atrasado não organizou as contas e impacta toda a parte da assistência social e segurança
269 alimentar e isso é o país inteiro e tivemos que sobreviver nesse período, e em relação ao conselho
270 tutelar é importante mesmo, mas com o pouco tempo que tínhamos, pensamos no tripé do atendimento
271 saúde, educação e assistência social, não quer dizer que a gente não enxerga os outros parceiros. Não
272 tem como fazer política de assistência sem investimento. O Sr. Carlos Alberto acrescenta que todos os
273 serviços, na gestão da SAS, têm um percentual federal, estadual e municipal e todo mês o governo
274 municipal tinha que colocar o dinheiro deixamos de abrir CRAS por ter de bancar a rede, pois 40% do
275 tesouro tinha de ser encaminhado para garantir a continuidade dos serviços e não parar nenhuma
276 atividade. A Sra. Érica complementa e esse dinheiro não retornou, e não irá retornar. Por sorte a
277 arrecadação do Município permite. O Sr. Carlos Alberto pontua que a SAS ficou 3 anos sem conseguir
278 avançar, esse dinheiro que o município teve que colocar pois o pacto federativo ficou apenas no papel,
279 o dinheiro ficou negligenciado. A Segurança Alimentar para ele é muito importante, o cartão era 60
280 reais, conseguimos passar para 100 reais. Esses alimentos que vem, são feitos os kits, embalados e já
281 vão para a área. O Conselheiro Sr. Sérgio coloca que está há 4 anos no banco de alimentos e para você
282 ter uma ideia o PA vem de Promissão. E conseguimos que ele venha fracionado, para que não haja
283 perda dos alimentos. Existe a lei do desperdício e é bastante trabalhoso, porque o que não tem valor
284 comercial, mas tem valor nutricional nos interessa muito. Hoje temos 20 a 22 toneladas de arrecadação
285 ao mês. Sabemos que a fome avassala, mata. Temos o programa viva leite do estado de Sp dentro dos
286 5 CRAS e do polo avançado no pós-balsa com a ajuda da Dra, Sandra da Secretaria de Saúde. Hoje
287 temos aproximadamente 180 crianças e mais de 160 idosos. Esse mapeamento desses agricultores já
288 está em estudo para ampliar ainda mais essa oferta. Hoje temos 61 entidades cadastradas e o excedente
289 de 9, totalizando 70 entidades. A Conselheira Sra. Érica acrescenta que nessa linha é importante falar
290 que esse é um momento deliciado, considerando a questão eleitoral, mas eu venho falar do trabalho,
291 eu estava à frente da diretoria de departamento quando recebemos as 26 mil cestas na cidade e a gente
292 sabe que tem falas de que o município perdeu 950 cestas, mas isso nunca aconteceu. As cestas quando
293 é vendida tem um carimbo na caixa e que tem que ser vendida até tal data para ter um tempo para o
294 consumo quando recebemos doações precisamos garantir que não encaminharemos produtos vencidos
295 e fazer a entrega. A gente recebeu cestas de seis lotes diferentes e nós abrimos, olhamos todos os

296 produtos e monitorava com um mês de antecedência do item mais novo de vencer, e recebemos as
297 listas carimbadas, com o nome certo de quem ia dar e foi uma briga dos municípios das sete cidades
298 mas foi muito difícil convencer o governo do estado para realizar a distribuição para quem precisava
299 dentro do nosso mapeamento de assistência social, p que não era permitido eles fizeram uma compra
300 baseada num programa que a renda per capita era baseada no 75% do salário mínimo e eles não
301 permitiam que mudasse isso aí, e nós tínhamos profissional liberal que ganhava muito e de repente
302 com tudo fechado estavam com situação de necessidade e tivemos dificuldade de atender. Eu assinei
303 a prestação de contas junto ao secretário e não houve desperdício de nenhuma cesta. As nossas contas
304 foram inclusive auditadas pelo MP, e depois que apareceu uma reportagem que estávamos dando
305 alimento vencido, começamos abrir a cesta na frente das pessoas e a assinatura de uma declaração na
306 entrega, não entregamos nenhuma cesta vencida e não houve perda de 950 cestas que estão falando por
307 aí, e que cada um faça seu juízo de valor. O Sr. Carlos Alberto complementa que essas 26 carretas com
308 1000 cestas, em dois dias entregamos 17.000 cestas e realizou-se os polos de entregas, mobilizando
309 maquinários e pessoal. E fora as 30.000 cestas que foram compradas A gente tem muito cuidado com
310 essa questão de alimentação. Não dá para sobreviver apenas com benefício. Estou secretário de
311 Cidadania e no momento estamos implantando o Conselho da Igualdade Racial e algumas questões
312 vão ser tratadas com seguimentos da sociedade. A Conselheira Maria de Fátima acrescenta que vocês
313 da Sociedade Civil podem estar se perguntando, mas a demanda de assistência é infundável. Todas as
314 colocações feitas pelas secretarias não são fictícias, são reais. Mas parece que estamos aqui fazendo
315 uma propaganda, mas nós temos indicadores que precisamos cumprir. É suficiente, não? Nós temos
316 desafios. Os programas não atingem todo mundo. Estamos fazendo o que é possível fazer dentro das
317 condições de que dispomos e de acordo com o financiamento que temos. Os recursos são equacionados.
318 O município tem suas deficiências devido ao financiamento disposto e precisamos dos recursos
319 federais. Nós temos um longo caminho para percorrer. Pois a gente não consegue atingir todos os
320 habitantes. Na saúde, por exemplo, 60% de 800.000 habitantes, dos munícipes precisam do serviço de
321 saúde público. Dra., Sandra coloca que não é à toa que o marco legal foi implementado há 2 anos e
322 mesmo assim a política não foi implementada. Mesmo com falta de recurso é possível ter ações que
323 envolvam a comunidade e departamentos, trazendo bons resultados. Ontem, inclusive tivemos um novo
324 financiamento do governo federal, mas por outro lado, temos muito a fazer. A Sra. Érica pergunta se
325 há alguma consideração, não havendo agradece a todos os presentes. **Encerramento:** Não havendo
326 mais nada a ser tratado, a Sra. Érica Alessandra de Santana Colasso dá por encerrada a reunião às
327 11 horas 24 minutos. Secretária Executiva do CMDCA secretaria esta reunião, sendo a Ata lavrada
328 pela Sra. Monica Carafa Lira, a qual assina juntamente com a Sra. Érica Alessandra de Santana
329 Colasso, segunda secretária do CMDCA/SBC e com Sra. Leila Dalila Gomes de Souza, primeira
330 secretária do CMDCA/SBC.